

<b>Público</b>  18-01-2007	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>230 cm²</b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/Cor</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>9</b>

# Amado tenta influenciar conclusões do PE sobre voos da CIA em Portugal

Ministro dos Negócios Estrangeiros sugere alterações às emendas e diz que estas ultrapassam competências da comissão

ISABEL ARRIAGA E CUNHA, BRUXELAS

CARLOS LOPES/ARQUIVO



Luís Amado escreveu ao Parlamento Europeu criticando os eurodeputados

Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros, está a dar tudo por tudo para evitar que o Parlamento Europeu (PE) emita um veredicto envolvendo de alguma forma os últimos governos portugueses no programa de voos e prisões secretas da CIA.

Numa iniciativa inédita, o gabinete de Amado decidiu enviar ao PE, por escrito, em português e em inglês, uma contestação detalhada de todas as alegações sobre o eventual conhecimento por parte de Portugal das atividades ilegais da organização secreta norte-americana.

Esta contestação foi enviada a vários eurodeputados, incluindo alguns membros da comissão parlamentar que está a investigar o papel dos governos europeus nas prisões forçadas. Isto, quando esta comissão se prepara para votar, na próxima terça-feira, o projecto de relatório com as conclusões preliminares das investigações, elaborado pelo socialista italiano, Claudio Fava. Nessa altura, os depu-

tados terão de se pronunciar igualmente sobre as propostas de alteração ao relatório, que qualquer membro da comissão parlamentar tem o direito de apresentar.

No caso das investigações em Portugal, estão em discussão dezassete propostas de alteração, apresentadas depois da deslocação a Lisboa de uma delegação da comissão. Para cada uma, o veredicto de Amado é o mesmo: "Inaceitável." De forma igualmente constante, o ministro considera que os autores das propostas de alteração não apresentam provas do que afirmam, convidando-os várias vezes, em nome do "rigor", a acrescentar a expressão "alegados" sempre que se referem a voos, escalas ou transporte de prisioneiros que terão ocorrido em território português.

**Comissão acusada de exceder competências**  
Amado sai mesmo algumas vezes da sua esfera de competências, quando avança palavras ou frases que, em seu entender, deveriam figurar nas conclusões, ou quando

acusava algumas das propostas de representarem uma ultrapassagem do mandato e competências da comissão parlamentar. Trata-se de uma comissão "temporária", não "de inquérito", afirma.

As propostas mais contundentes mas que terão igualmente menos probabilidades de ser aceites foram apresentadas por três deputados comunistas. Na primeira, consideram que o governo de Durão Barroso estava "plenamente ao corrente" do programa de prisões forçadas, o que Luís Amado considera uma "mera alegação sem fundamento que não pode figurar numa conclusão".

Na segunda proposta, os mesmos deputados defendem que Portugal foi "um país importante para construir a cooperação antiterrorista", quanto mais não seja pela sua participação na cimeira das Lajes, que decidiu a invasão do Iraque. Para o ministro, esta conclusão é "jurídica e politicamente inadmissível", por se tratar de uma "insinuação" de que a posição do

Governo sobre a guerra do Iraque "seja indício" da sua participação no programa das prisões forçadas.

Em contrapartida, nove propostas de alteração apresentadas em conjunto pela socialista Ana Gomes, a liberal Sarah Ludford e o verde Raul Romera poderão ter boas possibilidades de vingar, se a totalidade dos membros destes grupos seguirem a posição dos proponentes.

Na mais dura, os três deputados propõem que o PE manifeste uma "profunda preocupação" pela lista suplementar de voos obtida pela comissão parlamentar que dá conta de mais 77 voos sobre o espaço aéreo português e 17 escalas em aeroportos nacionais, a somar às 91 já identificadas no relatório preliminar de Claudio Fava. "Não há qualquer prova dos factos que figuram nesta conclusão. O rigor impõe, pelo menos, que se acrescente a expressão 'alegados' aos voos que são referidos", afirma, remetendo a sua posição para a carta que enviou na semana

passada sobre a mesma questão ao presidente da comissão parlamentar, Carlos Coelho.

A mesma posição de rejeição é expressa face à acusação que lhe é feita pelos mesmos três deputados de ter recusado fornecer as listas dos passageiros e tripulação de alguns voos suspeitos que lhe foram pedidas. A lei não obriga à existência de listas de passageiros para o tipo de voos em causa, alega.

A seu favor, e em resposta à acusação feita, sobretudo, por deputados liberais, de não ter colaborado plenamente com a comissão parlamentar, Amado afirma que todas as perguntas que lhe foram feitas "foram respondidas sem reserva", frisando que foi um de apenas três chefes da diplomacia da UE que se avistaram com os eurodeputados (em Lisboa). "A afirmação de uma atitude do [ministro dos Negócios Estrangeiros] não cooperante é uma mera alegação, não podendo figurar como conclusão já que não apresenta qualquer fundamentação", defende. ■

